

Fabrcio Castagna Lunardi
Luiz Otavio Rezende

Curso de
SENTENÇA
PENAL

• Técnica • Prática • Desenvolvimento de habilidades

2^a
edição

.....
revista, atualizada
e ampliada

2018

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

L961c Lunardi, Fabrício Castagna.
Curso de sentença penal: técnica, prática e desenvolvimento de habilidades / Fabrício Castagna Lunardi e Luiz Otávio Rezende – 2. ed. – Salvador: JusPodivm, 2018.
736 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1946-1.

1. Direito processual penal. 2. Sentença penal. 3. Técnica e prática. I. Lunardi, Fabrício Castagna. II. Rezende, Luiz Otávio. III. Título.

1115149

CDD 341.435

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



LISTA DE ABREVIATURAS	31
À GUISA DE INTRODUÇÃO: POR QUE UM CURSO DE SENTENÇA PENAL? <i>(Fabrício Castagna Lunardi)</i>	33
Capítulo I	
ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A PREPARAÇÃO PARA A SENTENÇA PENAL DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA <i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	39
1. Regras gerais constantes da resolução n. 75/09 do Conselho Nacional de Justiça	39
2. Orientações práticas de preparação – técnicas de redação da sentença penal	43
2.1. Início da preparação – aquisição da técnica de elaboração da sentença por meio de treinamentos com exercícios simulados	43
2.2. Treinamento – orientações práticas	44
2.2.1. A correta administração do tempo	44
2.2.2. Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta	45
2.2.3. Material de apoio ao treinamento	48
2.2.4. Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma	49
2.3. Aspectos essenciais da linguagem e da fundamentação da sentença	50
2.3.1. Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada	50
2.3.2. Atenção especial às especificidades do problema (datas e imputação penal), bem como às questões cognoscíveis de ofício	52
2.3.3. Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais	54
2.4. Prova de sentença determinada – adaptação do treinamento às características da prova – orientações específicas	56
2.4.1. Análise das provas anteriores – estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas	56
2.4.2. Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados	60
Capítulo II	
ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA SENTENÇA <i>(Fabrício Castagna Lunardi)</i>	63
1. Requisitos da sentença	63
2. Forma de exposição dos elementos da sentença	64

3.	Preâmbulo	66
4.	Ementa	67
5.	Relatório da sentença criminal	68
5.1.	Funções do relatório	68
5.2.	Questões redacionais	69
5.2.1.	A expressão “Vistos etc.”	69
5.2.2.	Aspectos linguísticos, ordenação e conteúdo do relatório	69
5.2.3.	Tempo verbal e verbos comumente utilizados	70
5.3.	Estruturação e modelo de relatório	71
5.4.	Relatório no caso de dois ou mais processos sendo julgados simultaneamente ..	73
5.5.	Frase de transição	74
5.6.	Relatório dispensado – técnicas de leitura e anotação a partir do relatório proposto pela Banca Examinadora	74
6.	Fundamentação	75
6.1.	Definição, função, redação, estruturação e conteúdo da fundamentação	75
6.2.	Impactos do Novo CPC em relação à fundamentação: artigos 489, § 1º, e 926 e 927 da Lei 13.105/2015	79
7.	Preliminares ao mérito	82
7.1.	Questões introdutórias	82
7.2.	Ordem de apreciação das preliminares (ao mérito)	83
7.3.	Rol de preliminares do art. 564 do CPP	84
7.4.	Preliminares (ao mérito) mais comuns na praxe judicial e em concursos públicos	85
7.4.1.	Incompetência (CPP, art. 564, I)	85
7.4.1.1.	Aspectos gerais sobre competência	85
7.4.1.2.	Foro por prerrogativa de função e desmembramento do feito em relação aos corréus	86
7.4.1.3.	Competência da Justiça Federal	86
7.4.1.4.	Competência de Juizado Especial Criminal	88
7.4.1.5.	Conexão ou continência	89
7.4.1.6.	Foro competente, juízo competente, distribuição e preven- ção	90
7.4.1.7.	Desclassificação para crime de competência de outro juízo	91
7.4.1.8.	Convocação dos atos proferidos pelo juiz incompetente pelo juízo competente	92
7.4.1.9.	Dica para concurso e modelo de redação	93
7.4.2.	Legitimidade das partes (CPP, art. 564, II)	94
7.4.3.	Nulidades (CPP, art. 564, III, ‘a’ a ‘p’, IV, e parágrafo único)	95
7.4.4.	Citação	98
7.4.5.	Produção antecipada de provas	99
7.4.6.	Defesa preliminar em crimes funcionais	100

7.4.7. As provas ilícitas, a teoria dos frutos da árvore envenenada e a teoria da fonte autônoma de prova	102
7.4.8. Investigação realizada pelo Ministério Público	103
7.4.9. Ausência do Ministério Público na audiência de instrução	104
7.4.10 Laudo pericial	104
7.4.11. Inversão da ordem de oitiva de testemunhas, oitiva de testemunha na ausência do réu, inquirição de testemunha pelo sistema cross examination e ordem de quem pergunta	106
7.4.12 Carta precatória	108
7.4.13. Interceptação telefônica, gravação telefônica e gravação ambiental ...	110
7.4.14. Prova emprestada	112
7.4.15. Interrogatório do réu	113
7.4.16. Delação Premiada	114
7.4.17. Identidade física do juiz	115
7.4.18. Inépcia da inicial por inadequação na capitulação jurídica – impossibilidade	115
7.5. Modelos	116
8. Preliminares de mérito	116
8.1. Aspectos introdutórios	116
8.2. Morte do agente	118
8.3. Anistia, graça ou indulto	118
8.4. <i>Abolitio criminis</i>	120
8.5. Prescrição	122
8.5.1. Aspectos introdutórios e espécies	122
8.5.2. Prescrição da pretensão punitiva	123
8.5.3. Prescrição retroativa	125
8.5.4. Prescrição intercorrente ou superveniente	126
8.5.5. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição	126
8.5.6. Prescrição da pena de multa	127
8.5.7. Prescrição e concurso de crimes	127
8.6. Decadência	128
8.7. Perempção	128
8.8. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito	129
8.9. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite	130
8.10. Perdão judicial	130
8.11. Pagamento e parcelamento do débito tributário	132
8.12. Modelos	133
9. Questões prejudiciais	134
10. Mérito propriamente dito	136

10.1. Aspectos introdutórios e estruturação	136
10.2. Materialidade do crime	138
10.3. Autoria do delito	139
10.3.1. Concurso de pessoas: coautoria e participação	140
10.4. Tipicidade	142
10.4.1. Possibilidade de nova definição jurídica do fato: <i>Emendatio Libelli</i> e <i>Mutatio Libelli</i>	144
10.4.1.1. <i>Emendatio Libelli</i>	145
10.4.1.2. <i>Mutatio Libelli</i>	147
10.5. Antijuridicidade	149
10.6. Culpabilidade	150
10.7. Circunstâncias legais, que influenciam na pena	151
10.7.1. Circunstâncias qualificadoras	153
10.7.2. Causas de aumento e de diminuição de pena	153
10.7.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes	154
11. Dispositivo	154
11.1. Aspectos gerais	154
11.2. Sentença condenatória	155
11.3. Sentença absolutória	157
11.4. Sentença absolutória imprópria	157
11.4.1. Quadro sinóptico da diferenciação entre a aplicação da pena privativa de liberdade e a medida de segurança	161
12. Individualização da pena (sentença penal condenatória)	162
12.1. Introdução	162
12.2. Sistema de aplicação da pena	163
12.3. Esquema prático de aplicação da pena pelo juiz	163
12.4. Dosimetria da pena (de acordo com o sistema trifásico)	164
12.4.1. Considerações iniciais	164
12.4.1.1. Quadro esquemático da diferenciação entre qualificadoras, circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes e causas de aumento e de diminuição na aplicação da pena	165
12.4.2. Início da dosimetria	167
12.4.3. Primeira fase de aplicação da pena	167
12.4.3.1. Circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal	168
12.4.3.2. Circunstâncias judiciais em crimes específicos	177
12.4.3.3. Forma de calcular a pena-base	177
12.4.4. Segunda fase de aplicação da pena	179
12.4.4.1. Circunstâncias agravantes	181
12.4.4.1.1. Reincidência (art. 63 do CP):	183

12.4.4.2. Circunstâncias atenuantes	184
12.4.4.3. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes e preponderâncias	185
12.4.5. Terceira fase de aplicação da pena	187
12.4.5.1. Causas de aumento de pena	187
12.4.5.2. Causas de diminuição de pena	188
12.4.5.3. Concurso de causas de aumento e/ou de diminuição	189
12.4.6. Concurso de crimes	191
12.4.6.1. Aspectos introdutórios	191
12.4.6.2. Concurso material	191
12.4.6.3. Concurso formal	192
12.4.6.4. Crime continuado	193
12.4.6.5. Concurso formal e crime continuado	196
12.4.6.6. Concurso de crimes e pena de multa	196
12.4.6.7. Fundamentação em relação às três fases de aplicação da pena no caso de concurso de crimes – evitar repetições ..	196
12.4.7. Modelos	197
12.4.8. Limite máximo para a pena privativa de liberdade	200
12.5. Pena de multa	201
12.6. Regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade	206
12.6.1. Detração para fins de fixação de regime	209
12.6.2. Crimes hediondos	210
12.7. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	211
12.7.1. Requisitos e critérios para a substituição da pena privativa de liber- dade por restritivas de direitos	213
12.8. Suspensão condicional da pena (<i>SURDIS</i>)	215
12.8.1. Aspectos introdutórios	215
12.8.2. Espécies de sursis	217
12.8.2.1. Sursis simples (ou comum)	217
12.8.2.2. Sursis especial	218
12.8.2.3. Sursis etário	219
12.8.2.4. Sursis humanitário	219
12.8.3. Sursis e crimes hediondos e equiparados	220
12.8.4. Resumo	221
12.8.5. Modelos	222
13. Disposições finais	223
13.1. Efeitos da sentença penal condenatória	223
13.2. Efeitos extrapenais da sentença penal condenatória	224
13.2.1. Efeitos secundários extrapenais genéricos	224

13.2.1.1. Perdimento, em favor da União, dos instrumentos e do produto do crime	224
13.2.1.2. Reparação do dano	226
13.2.2. Efeitos secundários extrapenais específicos	227
13.2.2.1. Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo	228
13.2.2.2. Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela	229
13.2.2.3. Inabilitação para dirigir veículo	229
13.2.3. Fixação de valor mínimo de indenização	230
13.3. Considerações finais obrigatórias	231
13.3.1. Liberdade ou prisão processual (análise do “direito de recorrer em liberdade”)	231
13.3.1.1. Expedição de mandado de prisão ou de alvará de soltura ..	233
13.3.2. Expedição de guia ou carta de sentença	233
13.3.3. Comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral (sentença penal condenatória)	234
13.3.4. Inexistência de inscrição no rol dos culpados – extinção desse efeito da condenação	234
13.3.5. Intimação da vítima	234
13.3.6. No caso de sentença absolutória	235
13.3.7. Custas processuais	236
13.3.8. Determinação de arquivamento do processo	237
13.3.9. Outras providências (específicas)	237
13.4. Epílogo	238
13.5. Fecho ou parte autenticativa	238

Capítulo III

ASPECTOS ESSENCIAIS DOS CRIMES MAIS COBRADOS NOS CONCURSOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA (<i>Luiz Otávio Rezende</i>)	241
1. Furto	242
2. Roubo	247
3. Extorsão	253
4. Estelionato	255
5. Estupro	261
6. Receptação	266
7. Associação Criminosa (quadrilha ou bando)	271
8. Corrupção de menores	274
9. Crimes envolvendo violência doméstica	277
10. Tráfico de drogas e Associação para o tráfico	283
11. Tabela com os crimes cobrados nos últimos certames da magistratura estadual e federal ...	294

Capítulo IV**SÚMULAS E PRECEDENTES DO STF E STJ (DIREITO PENAL E PROCESSUAL****PENAL)** *(Luiz Otávio Rezende)* 305

1. Entendimentos sumulados dos Tribunais Superiores sobre direito penal e direito processual penal 305
 - 1.1. Superior Tribunal de Justiça 305
 - 1.2. Supremo Tribunal Federal 311
2. Teses fixadas sob a sistemática da Repercussão Geral (STF) 312
3. Teses fixadas sob a sistemática de Recurso Repetitivo (STJ) 316

Capítulo V**PROVAS SIMULADAS** *(Luiz Otávio Rezende)* 321

1. Enunciados 322
 - 1.1. Exercício 01 – Crime contra a liberdade sexual em concurso com delito contra o patrimônio 322
 - 1.2. Exercício 02 – crime contra o patrimônio 324
 - 1.3. Exercício 03 – crimes previstos em legislação especial em concurso com delito contra o patrimônio 328
 - 1.4. Exercício 04 – crimes contra o patrimônio em concurso com crime contra a paz pública 335
 - 1.5. Exercício 05 – crime contra a administração pública 342
 - 1.6. Exercício 6 – crime contra a pessoa em concurso com crime contra a liberdade individual 349
 - 1.7. Exercício 7 – crimes previstos em legislação especial, em concurso com crime contra a pessoa e delito praticado por particular contra a administração em geral 356
 - 1.8. Exercício 8 – crime contra o patrimônio em concurso com delito contra a liberdade pessoal 366
 - 1.9. Exercício 9 – crime contra o patrimônio e delito previsto em legislação especial 369
 - 1.10. Exercício 10 – crime contra o patrimônio em concurso com delito contra a fé pública 372
 - 1.11. Exercício 11 – crimes contra o patrimônio 374
 - 1.12. Exercício 12 – crimes previstos em legislação especial 379
 - 1.13. Exercício 13 – crime contra a pessoa, em concurso com delitos contra a liberdade individual 385
 - 1.14. Exercício 14 – crime contra o patrimônio 391
 - 1.15. Exercício 15 – crime contra o patrimônio e crimes previstos em legislação especial 397
 - 1.16. Exercício 16 – crimes envolvendo situação de violência doméstica 402
 - 1.17. Exercício 17 – crimes previstos em legislação especial 406
 - 1.18. Exercício 18 – crimes contra a liberdade sexual e contra o patrimônio 409

1.19. Exercício 19 – crimes contra o patrimônio, contra a fé pública e previsto em legislação especial	415
1.20. Exercício 20 – crimes previstos em legislação especial	420
1.21. Exercício 21 – crimes contra o patrimônio e contra a fé pública	427
2. Espelhos Padrão	430
2.1. Exercício 1	430
2.2. Exercício 2	433
2.3. Exercício 3	435
2.4. Exercício 4	440
2.5. Exercício 5	445
2.6. Exercício 6	448
2.7. Exercício 7	451
2.8. Exercício 8	455
2.9. Exercício 9	458
2.10. Exercício 10	462
2.11. Exercício 11	465
2.12. Exercício 12	470
2.13. Exercício 13	476
2.14. Exercício 14	482
2.15. Exercício 15	484
2.16. Exercício 16	489
2.17. Exercício 17	496
2.18. Exercício 18	499
2.19. Exercício 19	504
2.20. Exercício 20	509
2.21. Exercício 21	513

Capítulo VI

SENTENÇAS DE CASOS REAIS (<i>Luiz Otávio Rezende</i>)	517
1. Art. 334, § 1º, “c”, do CP, e art. 15 da Lei n. 7.802/89	518
2. Art. 171, § 3º, c/c os artigos 69 e 71, todos do Código Penal	523
3. Artigos 33, caput, c/c artigo 40, I e V, e 35, todos da Lei 11.343/2006, art. 244-B da Lei 8.069/90 c/c arts. 29 e 69 do CP e art. 333 c/c art. 69, ambos do CP	528
4. Artigos 299 (duas vezes), e 304, do CP; artigo 299 (sete vezes) e 304 do CP; e art. 307 do CP	542
5. Artigo 1º, I, da Lei n. 8.137/90	550
6. Artigo 289, § 1º, do Código Penal	554
7. Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, c.c. art. 14, inciso II, e art. 129, ‘caput’, todos do Código Penal (Júri – pós-plenário)	562
8. Artigo 121, § 2º, incisos II e IV, e art. 121, § 2º, II e IV, c/c art. 14, II, todos do CP	568

9. Art. 121, § 2º, I e IV, por duas vezes, e art. 155, caput, duas vezes, e art. 121, § 2º, I, e IV, duas vezes, art. 180, caput, e 304, 'caput' c/c 297, todos do CP (Júri – sentença de pronúncia)	571
10. Artigo 155, § 4º, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal	579
11. Art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, e art. 244-B, da Lei n. 8.069/90	582
12. Artigos 150, 147 e 129, § 9º, este último c/c art. 14, inc. II, todos do Código Penal	599
13. Artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal	613
14. Artigo 333 do Código Penal	618
15. Artigos 14 e 15, "caput", ambos da Lei n.º 10.826/2003 e artigo 180, "caput", do Código Penal	621
16. Artigos 213, § 1º, do CP e 213, § 1º, c/c o 14, II, todos do CP	628
17. Artigo 4º, caput e parágrafo único, artigo 7º, II, e artigo 10, todos da Lei 7.492/86 ...	636
18. Artigo 1º, caput, inciso V, e § 1º, inciso I, da Lei n. 9.613/98	698
19. Art. 331 do Código Penal	708
20. Artigo 157, § 2º, I e II, do CP	714
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	721
POSFÁCIO (<i>Rogério Sanches Cunha</i>).....	725